

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2007. (Do Sr. Alexandre Santos)

Propõe que a Câmara dos Deputados através da Comissão de Minas e Energia, exerça fiscalização sobre a atuação da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

Senhor Presidente,

Com base no art.100, § 1º, combinado com os arts.60, inciso II, e 61 do Regimento Interno, proponho a V.Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle sobre as atividades da ANP, em relação à inclusão, transferência, e retirada dos royalties do Petróleo dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Guapemirim, Magé e Duque de Caxias, além de autorizar exame sobre eventuais irregularidades e ilegalidades cometidas pela Agência Nacional do Petróleo.

JUSTIFICAÇÃO

Em eventos recentes, a Agência Nacional do Petróleo resolveu alterar o rol de municípios para os quais eram destinadas cotas dos Royalties de Petróleo na região da unidade petrolífera de Cambiúnas (Macaé). Na realização dos atos de inclusão e exclusão das cidades que recebem os royalties, as autoridades dirigentes da ANP não consultaram nenhum dos interessados ou sequer informaram do porquê de tais alterações. Por se tratar de tema complexo, que atinge diretamente as receitas dos Municípios de Cachoeiras de Macacu, Magé, Silva Jardim, Guapimirim e Duque de Caxias, sentiu-se a necessidade de aprofundar o

entendimento sobre como funciona a Agência Nacional do Petróleo no que diz respeito a tais atos arbitrários.

A partir da investigação dos discricionários atos há que se indagar da credibilidade da instituição. A hipótese levantada, é a de que vários procedimentos administrativos e jurídicos aplicados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP estejam sob suspeitas de terem sido realizados por meio de procedimentos irregulares.

É direito da sociedade tomar conhecimento, no caso analisado, sobre a maneira como são realizadas tais decisões. Além disso, há que se compreender melhor o papel ANP. Nesse sentido, a proposta de fiscalização e controle vem atender a uma demanda legítima, na busca do interesse público - que necessita conhecer melhor o funcionamento da Instituição.

Urge , portanto , que a Câmara dos Deputados , por meio desta Comissão de Minas e Energia, possa traçar uma radiografia da agência Nacional do Petróleo - ANP e avaliar a veracidade dos fatos.

Sala das Comissões, de outubro de 2007.

Deputado **ALEXANDRE SANTOS**